A QUESTÃO DO GÊNERO EM *A RAINHA DOS CÁRCERES DA GRÉCIA*, DE OSMAN LINS

Maria do Carmo Lanna Figueiredo

Resumo

Este trabalho analisa como o livro *A rainha dos cárceres da Grécia* de Osman Lins apresenta, em sua estrutura, um jogo de construção romanesca avesso a qualquer delimitação de gêneros.

Abstract

This work analyses how Osman Lins' *A rainha dos cárceres da Grécia* presents in its structure a play with elements of novel construction that prevents its categorization within any definite delimitation of genre.

A ficção de Osman Lins, assinalando a instância do leitor de forma marcante, entrelaça escrita e leitura na forma narracional. Permite, dessa forma, que sejam acompanhados os muitos mecanismos que a engendram, ao questionar vários pressupostos da narrativa literária. Seu romance A rainha dos cárceres da Grécia (1976) escreve-se numa perspectiva que congrega os enunciados da produção e da recepção literárias, e unifica numa mesma entidade autor, leitor-intérprete e personagem. Esse ponto de vista desperta a solidariedade ativa entre realidade ficcional e realidade circundante, porque deixa filtrar diferentes vozes e linguagens que acabam por multiplicar, em deslizamento, o sujeito da produção artística e a instância autoral. Dessa forma, reflete a impossibilidade da percepção de uma mensagem única e definitivamente estabelecida. O procedimento reitera-se através dos disfarces poéticos que compõem o tecido narrativo, como veículos que deixam entrever a posição do escritor diante da obra literária. Dentre esses disfarces, evidencio a estrutura da obra, conformada numa enunciação auto-reflexiva e em ruptura com a predelimitação dos gêneros.

O romance propõe um diálogo irônico com a realidade literária e extraficcional, através de posicionamento crítico, multifacetado e plurivocal. A produção e a recepção da obra literária aparecem mescladas a diversas referências que o livro tenta captar, seja no âmbito político e social que evoca, seja no âmbito literário sobre o qual se debruça minuciosamente. No livro, a reflexão sobre a literatura e o mundo marca uma relação dinâmica entre a identidade e a alteridade, colocando a linguagem romanesca no espaço tenso de um sujeito construído por vários caminhos de configurações diferentes, relacionadas ao domínio da literatura, da psicanálise, da política e da cultura. Nesse aspecto, operacionaliza, ao mesmo tempo, um modo de reação à opressão social e à ordem convencional-disciplinar dos modelos literários, sob a forma da dispersão e do fragmentário. Das novas organizações, estabelecidas pelo romance, de fragmentos diversos e dispersos, vai aparecendo um texto ficcional que se estrutura como um diário. Aproveitando a índole confessional do gênero, convida o leitor à cumplicidade e à empatia. Considerando a relação com o dia-a-dia que o diário estabelece, pode-se afirmar que a opção pela forma do diário procura transpor a relação hierarquizada entre as instâncias narrativas, autor / obra / leitor.

A decisão pela escolha do diário, para a estruturação do romance, é justificada pelo narrador por ser este um gênero mais livre, em que não se abominam os prováveis deslizes da intromissão pessoal:

> "Quero um ensaio onde, abdicando da imunidade ao tempo e, em conseqüência, da imunidade à surpresa e à hesitação, eu estabeleça com o leitor – ou cúmplice – um convívio mais leal. Que outra opção, neste caso,

> impõe-se mais naturalmente que o diário? Assim, dia a dia seguireis o progresso e as curvas das interrogações que me ocorram. (...) Vamos pois ao meu ensaio entre o íntimo e o público, confidencial, livro a ser composto devagar e no qual vai imprimir-se o fluxo dos dias." (p.8)

Submetendo-se ao processo de temporalidade e de acolhida da alteridade, o diarista incorpora a dúvida e o ambíguo e se propõe revelar-se aos leitores.

Béatrice Didier, ao estudar o diário sob o ponto de vista do funcionamento de um certo tipo de discurso, assinala-o como o discurso da liberdade, gênero Fênix por excelência, sem nenhuma regra ou limite que prenda o seu autor a leis estéticas fixas. Para Didier, o diário pertence ao modo descontínuo, porque a memória não desempenha nele o papel orgânico, organizador, se bem que pareça desejar o contínuo, prova clara da constância do temperamento e do eu. A datação, indispensável ao diário, afirma-se como um signo de inserção no tempo e um meio de escapar ao esquecimento e às inexatidões da memória. À descontinuidade do fragmento se alia, paradoxalmente, a continuidade, a progressão dos dias. Por esses aspectos, o diário prevê uma mudança de concepção do texto literário: a obra não é mais um objeto tentando alcançar a perfeição, mas um organismo vivo, em vias de metamorfose (Cf. DIDIER, 1976:7-33).

Com base nesse estudo, pode-se relacionar a escolha da forma de diário para o romance com o desejo de Osman Lins de deixar que a estrutura narrativa seja envolvida pela necessidade de ultrapassar normas lingüísticas de estratificação genérica, permeabilizando-se à contaminação de outras formas de linguagem. Sob a luz da teoria de Bakhtin sobre o romance, a tentativa de construção de uma nova estrutura não traz uma crítica do gênero romance e, sim, a fidelidade a sua marca mais característica - o plurilingüismo (Cf. BAKHTIN, 1990:124-5). A forma de operar essa fidelidade ao gênero romanesco, em *A rainha dos cárceres da Grécia*, assume a desmontagem de suas peças, incluindo nelas a recepção. Com isso, amplia a crítica a uma razão pragmática que elege no romance apenas o enredo, ligado a mecanismos de vendagem da indústria cultural.

A rainha dos cárceres da Grécia fala de uma história que só vai sendo conhecida ao longo das meditações de um narrador-ensaísta, de tal forma que história e ensaio acabam formando uma única peça - o romance. O livro se estrutura como o diário de um professor de Ciências Naturais de São Paulo que viveu com a romancista Julia Marquezim Enone, autora de um romance inédito, intitulado *A rainha dos cárceres da Grécia*. Pode-se questionar a existência do romance de Julia Marquezim Enone que só se dá a conhecer ao leitor por breves extratos, longos comentários e alusões que a ele faz o professor, no seu ensaio-diário. Nesse diário - escrito de 26 de abril de 1974 a 23 de setembro de 1975 - consigna o narrador os diversos caminhos de sua leitura, suas descobertas e erros, suas lembranças da autora e os raros acontecimentos de sua própria vida,. O leitor do diário depara-se, pois, com um professor que não existe e é personagem-narrador da história de Osman Lins, que também se chama *A rainha dos cárceres da Grécia*.

Utilizando-se de gênero tão ligado à memória, a obra tenta reestruturar as inexatidões da memória coletiva: no campo do ficcional - pela intertextualidade com outros autores nacionais e estrangeiros; e no campo do social - pelo contexto presente e passado da história do Recife. O procedimento pode ser interpretado como a busca da memória de sentidos esquecidos que se encontram esparsos em fragmentos de outros textos! sentidos. Compõe-se com trechos de jornais, combinações de intertextos literários, retalhos de lembranças das personagens: uma doméstica - Maria de França, uma escritora - Julia, um professor - o ensaísta. Tais fragmentos acolhem a tensão entre o lembrar e esquecer, metonimicamente aventada pela gata Memosina.

Mimosina ou Memosina, a "gata estéril" de Maria de França, representa, pela análise do diarista, o atual "esfacelamento coletivo da memória" que o livro de Julia recorda por intermédio

dela. O analista liga esse fato às personagens e ao contexto do romance e tece considerações sobre sua relação com o isolamento do escritor e com a poética de Julia, "despistadora, propensa à máscara". Pela lembrança da narrativa de Hesíodo e pela afetuosidade que destaca na desfiguração do nome de Mnemósina, o narrador estabelece o intercâmbio da experiência, personalizando e presentificando o resíduo de um tipo de recordação que teima em persistir no texto fragmentário do livro de Julia. Esta recordação, nostálgica e inutilmente, tenta recuperar o sentido primeiro, grego, épico e oral, da memória, da narrativa.

Vernant, estudando os aspectos míticos da memória e do tempo entre os gregos, refere-se à ligação entre memória, vidência e êxtase: o esquecimento da vida humana (Lethe), para que a lembrança do que havia sido visto no outro mundo pudesse aflorar (Mnemasyne). Quem a possuísse saberia, pais, discernir, para além da presente, a que está enterrada na mais profunda passada e amadurece em segreda para os tempos que virão. Esse tipo de memória não coloca mais em oposição a vida e a morte, pois transcende a condição mortal. Sua função não é reconstruir ou anular o tempo. Aa fazer cair a barreira entre o presente e o passado, lança uma ponte sobre o mundo dos vivos e o do além. Mnemasyne, a recordadora, mãe das musas, irmã do tempo e do oceano, preside a função poética que exige a intervenção do sobrenatural, conduz o coro. Seus eleitos, possuídos pelas musas, alcançam uma consciência do tipo divinatório, não do seu passado individual, mas do passado em geral, do tempo antigo. O nome da divindade Mnemasyne aparece, pela primeira vez, em Hesíodo. Este, ao narrar a genealogia dos deuses, registra que Mnemasyne, unindo-se a Zeus, gerou as musas que presidem a criação poética, inspirando e concedendo aos poetas o dom da poesia (Cf. VERNANT, 1971:73 e ss.).

A faculdade de lembrar entre os gregos, de ouvir o passado e o futuro, estabelece um liame entre experiências individuais e coletivas. Esse lado épico e oral da memória nasce de uma relação entre o tempo e a experiência vivida, que vai ser aproveitada pela narrativa, em que o enunciador e o receptor se encontram, unidos pelo mesmo desejo de conservar o narrado. *A rainha das cárceres da Grécia* confronta-se com o esquecimento e as desfigurações dessa memória e com o desejo de conservar, mesma que fragmentária e dispersamente, aquilo que dela persiste em seu texto. O narrador, ao relembrar a criação de Mnemasyne em Hesíodo, acrescenta: "Memosina ou Mimosina são desfigurações desse nome, culto e sem halo emotiva." (p.193)

A hipótese vai-se configurar, com maior evidência, a partir de outro dados do episódio. O evento relativo à gata Memosina, de 23 de setembro, constitui a última anotação do diário e do narrador do romance, a partir de então metamorfoseado em personagem do livro que lê. A morte do narrador corresponde ao esquecimento de sua condição e à sua identificação com o leitor. Tal identificação impede a comunicação usual que deve estar presente na arte de narrar. Por outro lado, constrói outro tipo de comunicação que, distanciando-se da primeira, permite a eleição do leitor enquanto participante ativo da comunicação literária. Pode-se ligar esse aspecto ao desenvolvido por Walter Benjamin, quando constata a extinção da narrativa pela incapacidade de a sociedade moderna intercambiar experiências. Para o autor, o romance se separa da narrativa por estar vinculado ao livro, à palavra impressa, ao leitor solitário e ao indivíduo isolado, incapaz de ouvir ou de dar conselhos. Por se tratar de um romance que discute exatamente a relação entre livro, autor e leitor, *A rainha dos cárceres da Grécia*, ao introduzir a temática do esquecimento, levanta a questão do liame que une narrador e receptor, a partir do fato narrado. A relação da experiência individual transmissível, socializável com a morte, expulsa cada vez mais do universo dos vivos a partir do século XIX, também vai ser arrolada na diferença que o autor alemão estabelece entre a "memória breve", musa da narrativa, e a "rememoração perpetuadora", relacionada ao romance. A primeira consagra-se a "muitos" fatos difusos; a segunda, a "um" herói, "uma" peregrinação, "um" combate (Cf. BENJAMIN, 1986: 197-221).

O romance em pauta pretende ser a história de um professor de Ciências naturais que se vai incluir na ficção e que, ao contar um herói - o livro de Julia, uma peregrinação - a sua enquanto leitor desse livro, e um combate - o que trava, ao tentar assegurar a sua instância de leitor desse livro, acaba, por intermédio do esquecimento de sua função de narrador, consagrando-se à memória breve de muitos fatos difusos, à musa da narrativa, portanto. Pelo processo de deslizamento e de intercâmbio que se opera na ficção, sua estrutura relaciona-se com o esquecer-se da própria natureza, que leva Memosina a confundir-se com rato, galinha, lontra. Metonímia da ficção de que participa, o animal concretiza o jogo do esquecimento e da lembrança refletido nela. Esse jogo permite o ir e vir do romance a seu antecedente, a narrativa, na caracterização que deles faz Benjamin, ambos presentes e metamorfoseados no diário do ensaísta de Julia.

Da normatividade ao delírio

Foi lendo a personagem Ana, "a rainha dos cárceres da Grécia", no livro de Julia que o narrador do romance de Osman Lins *A rainha dos cárceres da Grécia* aprende da personagem e de sua autora a prática de fraudes e de truques e tenta fugir aos "cárceres" de qualquer delimitação genérica, através de seu diário. Esse, no entanto, guarda aspectos e elementos dos gêneros com os quais se compõe. Tem, portanto, o caráter disruptor de remover o entulho de imagens congeladas pela classificação e que podem impedir o acesso a outros experimentos narrativos. O romance osmaniano sugere que conservar fragmentos de gêneros anteriores para metamorfoseá-los parece ser a única maneira de entrar num processo dialético de compreensão do fenômeno literário. Por esse motivo, transformar-se em personagem - a morte do narrador - não vai constituir-se em impedimento para que o romance continue. Esse não só continuará, como se ampliará, ao escapar das experiências individuais do diarista e de Julia, não mais cerceado pelos limites de qualquer gênero, e, sim, como resultado do diverso "plurilingüismo", agrupado no romance de Osman Lins.

Silviano Santiago, ao discutir a posição do narrador na pós-modernidade, caracteriza-o como "o que narra ações a partir de um conhecimento que passou a ter delas por tê-las observado em outros", identificando-se com o leitor e falando de si de maneira indireta, ao dar fala ao outro (Cf. SANTIAGO, 1989:43-5). Em *A rainha dos cárceres da Grécia* manifesta-se esse tipo de narrador que, unido a outros expedientes literários, privilegia a recepção. O expediente narracional operacionaliza o espaço que o romance deseja para si: aquele em que se possa escapar a qualquer "cárcere". O espaço deixado ao escritor pelo diário padece de um tipo de confinamento: é o do tempo limitado da escrita, do evento, das seqüências isoladas, do fragmento, do instante que deseja captar. O narrador-diarista, ao abandonar o diário e sua função, inclui-se no espaço maior, aberto pelo romance de Osman Lins, quando este se deixa interpenetrar pelas instâncias estruturais de diferentes gêneros. O diário, único dado concreto da existência de um livro, ensaio escrito em torno do romance de Julia, será o romance de Osman Lins. Por esse subterfúgio, o autor dissemina sua identidade, torna-se objeto de especulação, como as outras instâncias questionadas pelo livro.

Osman Lins reconhece, em entrevista a Evelyn Schulke, que sua assinatura interfere na realidade de sua personagem, que a obra ganharia em coerência se não fosse assinada e que, assinando o livro, de certa maneira, invadia a realidade de sua personagem (Cf. LINS, 1979:236). Pode-se perceber, nessa invasão da realidade da personagem, uma forma de Osman Lins, como Julia e o diarista, escapar ou tentar escapar à armadilha confessional, proposta pelo gênero escolhido. Ao assinar o romance de Julia, ao tornar seu o diário do professor e seu livro de ensaio, Osman Lins se ficcionaliza enquanto autor - torna-se uma função literária. Na função, pretende participar de um jogo de sentidos que privilegia a trama, a farsa, o questionamento de todas as compartimentalizações engendradas pela razão lógica e funcional, mergulhando no próprio mecanismo que as engendra. Acolhe, assim, a perspectiva integral da palavra literária - uma linguagem que contraria, decepciona e transforma as expectativas estereotipadas e homogêneas. Recheia-se, ao contrário, de um dinamismo intrínseco que converte progressivamente os que com

ela lidam, dentro de uma concepção da literatura que abrange a comunicação que vem do outro, da ordem da heterogeneidade.

Permito-me, pois, discordar do autor, ao considerar sua interferência na realidade da sua personagem um índice a mais na problematização da instância autoral que coerentemente concorre para a liberação da categoria do gênero, desreprimido do cerceamento de esferas lingüísticas. Por essa máscara, justapõem-se fragmentos para evocar imagens mais que para exprimir idéias. O procedimento, com claro objetivo estético, põe-se a serviço da compreensão intuitiva do mundo, em oposição ao pensamento abstrato. O uso da imagem não dissolve o pensamento no pré-conceitual, mas exemplifica o pensamento por imagens, o atingir o abstrato pela via do concreto. Assim, não pretende substituir o pensamento relacional, mas abrir o pensamento para a possibilidade de entrar em novas relações.

O caminho vai-se delineando aos poucos e pode ser percebido pelo acompanhamento da forma usada pelo narrador, na construção de seu diário que evolui da normatividade ao delírio. Este diário inicia-se com um tipo de escrita normatizada, com princípio, meio e fim, características da redação dissertativa. O último parágrafo de cada dia prenuncia o início do discurso do dia seguinte, conferindo com o procedimento do romance folhetim. O seu objetivo primeiro prende-se à recuperação de uma pessoa, de sua convivência. Partindo de uma perda – a de Julia amada – tenta, pela lembrança dela, inutilmente a recuperar. Sendo um simulacro do ser, tal lembrança só consegue reconstituir fragmentos. A própria Julia já se contara em fragmentos: "sempre discreta em relação a si mesma", seus apontamentos "nem sempre inteligíveis", seus "poucos retratos". A procura inicial já constata o irrecuperável: escrever lembranças não recupera a vida.

Parte, então, o diarista para a tentativa de recuperar o livro de Julia Marquezim Enone - idéia aparentemente mais vantajosa, porque mais proveitosa e mais razoável. Retira do diário seu caráter intimista, socializa-o ao tornar Julia pública. Julia será entrevista no seu texto, numa opção que privilegia o caráter coletivo da expressão literária, o concreto, em detrimento do subjetivo e do emocional. Ler seria preferível a escrever, se não conduzisse a outro impasse.

> "Além de comentário e, parcialmente, substituto de sua obra inacessível ao público, este livro talvez seja, quem sabe? não o testemunho de quem conheceu a romancista (modo de reatar, ilusoriamente, a convivência interrompida) mas, ao contrário, a tentativa de conhecê-Ia, (...) Ou o que procuro iluminar é o meu próprio rosto, (...) sinto-me fugir de dentro de mim mesmo e pergunto sem resposta: 'Quem sou?' " (p. 185. Grifo do autor.)

Duvidar da própria identidade, esquecer a própria natureza, para o diarista, como para Memosina, é signo da erosão do mundo, de seu desgaste. Assim, seu diário acaba por levá-lo ao enunciado delirante, como se constata no final do livro: a justaposição de emissores desarticulados. Tudo se perderia no emaranhado, no sem sentido e na incomunicabilidade, se o autor Osman Lins não o recuperasse, interferindo na realidade ficcional.

Do delírio ao romance

O nome do autor, modo de circulação, de existência e de funcionamento de certos discursos na sociedade, para Foucault, exerce um importante papel sobre a visão do trabalho literário. É o princípio de uma certa unidade de escritura e não se refere a um indivíduo real. Foucault identifica o autor como marca ideológica do modo pelo qual se teme a proliferação de sentido. Papel característico desta era, da sociedade burguesa industrial, de individualismo e propriedade privada, tal função, segundo ele, tende a desaparecer com a mudança social (Cf. FOUCAULT, 1979:141-60). Na perspectiva de Foucault, a questão do discurso se localiza na intenção de seu uso,

relacionado ao poder. O autor, recurso e fonte teórica do conhecimento, participa das medidas disciplinares pelas quais a sociedade ocidental tradicionalmente enclausurou o discurso.

Homem de seu tempo, contrário à estagnação e favorável à experimentação, Osman Lins é coerente ao assinar a obra e rotulá-la de romance. Por esse prisma, coloca em discussão a questão da autoria, ao ficcionalizá-la, ao mesmo tempo que discute a posição do autor como controlador dos excessos polissêmicos da ficção, que poderiam gerar a incomunicabilidade. O romance aponta para essa solução, quando o modo desse controle - a assinatura do autor - revela-se tão precário que escapa à clausura, ao "cárcere" e deixa a ficção falar, discutir a ordem do mundo. O aspecto também vai ser analisado por Foucault, quando assinala que a sociedade sempre encontrará novos agentes para restringir a ficção, que continuará falando e causando distúrbio à ordem do mundo (Id. ibid.:159).

A enunciação "livre" do final do romance abre-se a um universo de possíveis totalmente inusitados para o gênero. A abertura a um outro modo de expressão romanesca deixa surgir outros tipos de linguagem, onde tudo parecia predeterminado, pré-inscrito, em concordância com modos estratificados e redundâncias de expressão. Por sua natureza de associação livre e a-significante, confronta-se com a significação aprisionada nos "cárceres da Grécia". Sua força reside justamente nesse efeito de nonsense, já mediatizado anteriormente pela presença de Lewis Carroll e de seus livros no romance, assim como na repercussão que atinge o sentido pleno a que muitas interpretações literárias, ironizadas pelo narrador, almejam. O enunciado delirante não se configura, portanto, como a invenção de um novo modo de expressão romanesca. Articula-se, em maior escala, com um novo tipo de relação com a coisa comunicada.

Tal relação não diz respeito somente à instância autoral, remete, também, para outras instâncias e para o modo de percepção da linguagem, colocada em situações não usuais. Isso conduz o analista à reflexão, que se desenvolve durante toda a narrativa, sobre o poder da função autoral diante do enunciado que a obra veicula. Sua reflexão deixa perceber que o autor, mesmo assinando a obra, se define como apenas uma das potencialidades semióticas do discurso. Dessa forma, abandona o centramento da subjetividade autoral como veiculadora do sentido da obra e explora a multiplicidade dos agenciamentos da enunciação, de caráter coletivo e heterogêneo e que se podem engendrar Lins aos outros, incluindo-se no engendramento a voz do autor. Não se ater às formas das instâncias narracionais permite aceder às metamorfoses que elas operam no texto, pressupondo um trânsito entre tais domínios.

Reconheço sensíveis conexões entre A rainha dos cárceres da Grécia e aspectos relevantes da pós-modernidade, como o deslizamento das instâncias produtoras de sentido, a questão do relacionamento entre identidade e alteridade, dos gêneros literários e outras. Parece-me, no entanto, que Osman Lins pretende construir um texto em constante mutação, que se furta, portanto, a rótulos classificatórios. Prefiro recorrer, assim, à única classificação que o próprio autor usa para designá-lo: romance. Segundo a teoria de Bakhtin, o romance é uma estrutura conscientemente híbrida de linguagens. Um gênero que está sempre se fazendo, com uma peculiar capacidade de mudança, o que pressupõe uma relação completamente diferente com a linguagem. Direciona seu raciocínio para sublinhar a fragilidade e a natureza histórica da linguagem, o nascer e o morrer do sentido, realçando-lhe o processo permanente de estratificação e formação. Ver-se-á, com Bakhtin, o romance levantar sérios problemas para os que procuram fundi-lo na forma que pressupõe categorias organizadas a que ele resiste. Romance compreende qualquer força existente dentro de um sistema literário e que revela os seus limites e as suas restrições artificiais. Os sistemas literários são compreendidos por cânones e a romancização, sendo fundamentalmente anticanônica, não permite um monólogo genérico. Sempre insistirá no diálogo entre o que um dado sistema admite como literatura e os outros termos que são excluídos de tal definição (Cf. BAKHTIN, op.cit.:71-164).

Os aspectos da focalização de Bakhtin sobre a linguagem e o romance prestam-se à articulação do seu relacionamento com o pensamento contemporâneo e com A rainha dos cárceres da Grécia, que também vai questionar os sistemas de transcrição como inadequados para a multiplicidade de sentido que eles procuram dar. A "construção verbal, feixe de alusões, laboratórios de instrumentos, campo de provas materiais tanto novos como aparentemente obsoletos (...)" (p.39) pode, portanto, incluir na designação de romance, tanto jornais, folclore, música e outros textos literários, quanto o diário, o ensaio, o drama, o poema. A capacidade de incorporar gêneros e linguagens os mais diversos e discrepantes libera o estudioso de A rainha dos cárceres da Grécia de preocupações classificatórias e lhe permite escolher aspectos que possam ser analisados na indiferenciada gama de "plurilingüismo" que se fragmenta interpenetrativamente em seu corpo textual.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. Questões de literatura e de estética. A teoria do romance. 2. ed., trad. Aurora F. Bernardini e outros, São Paulo: HUCITEC, 1990.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. Magia e técnica, arte e política. 2.ed., trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1986.

DIDIER, Béatrice. Le journal intime. Paris: PUF, 1976. FOUCAULT, Michel. What is an author? In: Roland Barthes et aliL

Textual Strategies. Ed. e introd. Josué V. Harari, Ithaca, New York: Cornel! University Press, 1979.

LINS, Osman. A rainha dos cárceres da Grécia. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

_____. Evangelho na taba, outros problemas inculturais brasileiros. São Paulo: Summus, 1979.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. Nas malhas da letra. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VERNANT, Jean-Pierre. Mito e pensamento entre os gregos. Trad. Haiganuch Sarian, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

POESIA E POLÊMICA NO NASCIMENTO DA CIDADE
(POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE)

José Américo Miranda

Resumo

O artigo narra sucintamente alguns episódios relacionados com a transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte, na década de noventa do século passado, recuperando, para a memória da cidade, através de versos de poetas daquela época, alguns aspectos da polêmica gerada em torno do assunto.

Abstract

This article briefly calls forth occurences and circumstances related to the removal of the capital of the State of Minas Gerais from Ouro Preto to Belo Horizonte in the 1890s. It recovers for the memory of the city, through verses of contemporary poets, some aspects of the controversy to which this subject has given rise at that time.

Entre os que passam suas vidas correndo e lutando pela sobrevivência nas ruas de Belo Horizonte, poucos são os que se dão conta do caráter parnasiano da cidade, pelo risco de sua planta, por sua primeira arquitetura, particularmente a dos prédios públicos, e pela conformação linear dos limites que lhe foram dados pela avenida do Contorno. Menor ainda é o número dos que sabem que na origem mesma da cidade encontra-se uma guerra de sonetos.

A idéia da transferência da capital de Ouro Preto, onde estava instalada, para outra localidade melhor situada, era antiga, encontrando-se incluída nos projetos da Conjuração Mineira de 1789. A idéia fermentou ao longo do século XIX e, tendo assumido feições definitivas, resultou na apresentação, em 1867, à Assembléia Provincial, pelo deputado Padre Paraíso, de um projeto de transferência da capital para a povoação de Jequitibá, margem do rio das Velhas, na região de Curvelo.

Com a proclamação da República, a idéia da mudança tomou novo alento. Antes mesmo que se soubesse para onde se transferiria a capital, o Padre José Joaquim Correia de Almeida, mais conhecido como Padre Mestre, incorrigível satírico, em sua obra *Sensaborias métricas ou versos piegas* (Rio de Janeiro: Laemmert, 1890), já se manifestava contrário à mesma:

Quem quer os fins põe os meios,
e assim vai a cousa avante,
sendo a idéia triunfante,
dissipados os receios.

Sisuda, sem galanteios,
propaganda se levante
e abate à força instante
de Vila Rica os esteios.

Se pessoa escrupulosa
diz que a empreitada é custosa,
direi eu que não é tal.

O capital da mudança
se alguém der, logo se alcança
mudança *da capital*.

O padre poeta, professor de latim, donde lhe veio a alcunha de Padre Mestre, dono de "vernaculíssimos ouvidos", na expressão de Abílio Barreto (*Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva - história antiga. Belo Horizonte: Rex, 1936. p.229), irritou-se com o neologismo "mudancistas", pelo qual estavam sendo designados os partidários da mudança da capital. Para criticá-la, fez publicar o Padre o seguinte soneto, no livro *Decrepitude metromaníaca* (Rio de Janeiro: Laemmert, 1894):

Neologismo fora de vila e termo

A Castro Lopes e outros exemplares
deviam consultar, por segurança,
os tais apologistas singulares
da injusta e *capitálica* mudança.

Mas eu noto que sábios luminares,
fitando capital de mais chibança,
tão amplamente estendem seus olhares
que a linha visual o infindo alcança.

No seu entusiasmo forte e ardente,
Se neologismo querem, MUDANCISTAS,
eles podiam ser portuguesmente.

Ou, *mutatis mutandis*, MUTANDISTAS
ficavam sendo assaz latinamente,
se a pressa os não fizesse MUDANTISTAS.

Já em 1890, o governador interino Dr. Domingos Rocha encomendou ao engenheiro Herculano Veloso Ferreira Pena um estudo destinado à identificação da melhor localidade para a instalação futura da sede administrativa do Estado. O parecer emitido designou Belo Horizonte, povoação que já naquele tempo tinha este nome, sendo mais antiga a designação de Curral del Rei.

Quando Antônio Augusto de Lima, no exercício do governo estadual, temendo tomar sozinho a decisão, enviou mensagem ao Congresso Mineiro propondo a mudança da Capital para Belo Horizonte, a voz do padre outra vez se destacou entre as que se levantaram para protestar contra a medida.

Eis um dos sonetos sobre o tema, que o padre incluiu no segundo volume de suas *Sensaborias métricas ou versos piegas* (Rio de Janeiro, Companhia Tipográfica do Brasil, 1892):

Mudança da Capital

Eu abaixo assinado, Presidente
da infinita República dos tolos,
em vez de chamar súditos a bolos,
declaro-me dos súditos contente.

Asneira hoje não há que se não tente,
paradoxos reais é só propô-los;
sofrendo decepções e desconsolos,
está sempre a cair a sábia gente.

Aos vizinhos da fresca Barbacena
louvores triviais, feitos a pena,

eu dou, crendo que nisto não errei.

E é bem claro que aludo a certo povo,
que, tendo aí tão perto um curral novo,
quer fazer capital curral del rei.

Na mesma obra do poeta há outros sonetos sobre o assunto. Eis um deles:

Mudança da Capital de Minas

Esse Curral del Rei, Belo Horizonte,
produtiva invenção de sindicato,
inculca-se por lebre, mas é gato,
conforme já se sabe no Itamonte.

Veloso amigo embora suba o monte
no intuito e desempenho do mandato,
creio que lhe não faço desacato,
dando-lhe uma pitada de si monte.

Os queijos e o toucinho estarão salvos,
se espertos impingirem a papalvos
por fecunda campina um bamburral.

E a empreitada seria de grão lucro,
se o congresso mineiro, com ser xucro,
se deixasse levar para o curral.

O Veloso do poema é, evidentemente, o engenheiro já citado, Herculano Veloso Ferreira Pena, que emitira um parecer favorável à situação de Belo Horizonte. A palavra "sindicato", que aí aparece, seguramente não tinha, naqueles tempos pré-industriais e com o país recém-saído do regime escravocrata, as conotações trabalhistas que possui hoje. Ela significava "companhia ou associação de capitalistas com interesse em certa empresa", ou, depreciativa e mais explicitamente, "especulação financeira ilícita." Hoje, diríamos: cartel de empreiteiras. Aliás, a especulação imobiliária, ao tempo da construção da cidade, foi denunciada, no romance *A capital*, pelo escritor Avelino Fóscolo, cronista de sua fundação.

Assim que foi dado ao conhecimento do público, o poema acima transcrito recebeu uma resposta, sob a forma de outro soneto, estampada no periódico *Movimento*. Eis como narra este sucesso o pivô da história, o Padre Mestre Correia de Almeida, em nota, ao final do volume que contém o poema:

> Este insignificante soneto mereceu resposta, ao pé da letra, de um chistoso vate, que, sob o significativo e indecifrável pseudônimo – SIN-DI-K, teve a amabilidade de publicá-la no *Movimento*, onde também escrevia humorística e chistosamente um tal João Minhoca, que ainda não pude com certeza saber quem seja ou quem é, mas suponho ser o mesmíssimo referido cujo.
> Seguiu-se apimentada polêmica, e, depois de mutuamente nos dizermos alguns poéticos desaforos, creio que ficamos amigos.
> Sem ter sido suplicado, foi concedido mútuo perdão.

Sob o enigmático e, certamente, irônico pseudônimo, escondia-se o próprio Augusto de Lima. Quem nos dá essa informação é Eduardo Frieiro, que não revela suas fontes. Seu artigo encontra-se

publicado na revista *Kriterion* (v.XV, n.6162, jul.-dez. 1962, p.539-583). Segue a primeira resposta assinada por SIN-DI-K:

Resposta

Ó padre, ó vate de horizonte estreito,
tomador de pitadas de simonte,
não podes desejar "belo horizonte"
amas a toca, estás no teu direito.

O sindicato, eis o maior defeito!
no entanto, nem preciso é que te aponte,
nem que mandem dizer lá do Itamonte,
tens junto a ti um sindicato feito.

Falas em espertezas! Que virtude!
Desejas só que a capital se mude
para um lugar livre da ladroeira.

Ora bem. Não há sítio mais barato,
nem mais farto de aguadas e bom mato,
mais honesto e melhor que a Mantiqueira.

Para melhor compreender o sentido da resposta, é imprescindível levar em conta o que informa o padre poeta, em nota a outro poema do livro: que no século anterior (o XVIII) houve na serra da Mantiqueira uma quadrilha de ladrões que a tradição muito prestigiou, de modo que, entre os mineiros, mantiqueira se tornou sinônimo de ladroeira. Na obra *Opulência e miséria nas Minas Gerais* (São Paulo, Brasiliense, 1981, p.68), Laura Vergueiro afirma que o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que alguns anos depois se imortalizaria como o Tiradentes da Inconfidência, teve papel de destaque na prisão de muitos dos membros desta quadrilha, integrada por brancos, mestiços e ciganos.

Ao soneto-resposta, acima transcrito, apresentou o padre a sua

Réplica

"Ó padre, ó vate de horizonte estreito"
é locução muitíssimo polida,
e sendo analisada e bem delida,
dos paradoxos dá o mais perfeito.

O horizonte de círculo tem jeito,
sua forma não pode ser comprida,
e jamais por estreita será crida,
qual beco, que redondo nunca é feito.

A despeito das leis da geometria
só é capaz daquela filistria
num movimento audaz o João Minhoca.

Eu cá lhe retribuo a gentileza,
dizendo com ingênua singeleza:
és poeta de engenho... ou de engenhoca.

E a coisa não parou por aí. A esta réplica, apresentou o SI N-DI-K a sua

2a. resposta

Subiste a serra, ó padre, e ao João Minhoca
atribuindo a sova injustamente,
num ímpeto de cólera fremente
chamaste-o de poeta de engenhoca.

"Amas a toca", eu disse, e não me choca
a lição que me dás "redondamente":
há de ser curto e estreito (quem não sente?)
o horizonte avistado de uma toca.

Conforme em parte ao nosso olhar se esconde,
há muita forma estreita que é redonda,
e até muito quadrado fica estreito.

És sempre o mesmo, graças aos teus bolos,
poeta da República dos tolos
e seu primeiro presidente eleito.

O poeta, que se abrigava sob o pseudônimo de SIN-DI-K, refere-se, aqui, ao poema herói-cômico *República dos tolos*, escrito por Correia de Almeida e publicado em 1881. Nessa obra, dando vazão a sua veia humorística, o satírico de batina investia contra o evolucionismo darwinista, teoria científica que estabelecia, contrariando as crenças religiosas predominantes àquele tempo, as bases de um parentesco biológico entre o homem e o macaco. Na República dos tolos, o poeta satiriza os partidários da teoria darwinista propondo a educação dos macacos para com eles substituir a mão de obra negra e abolir a escravidão. Percebe-se que o terceiro dos sonetos que aqui publicamos foi escrito como prolongamento das reflexões que a segunda resposta de SIN-DI-K provocou no padre. As reflexões iniciais, contudo, resultaram na seguinte

Tréplica

Se do anônimo é péssima a postura,
ele, que atrás do toco se coloca,
de direito não tem muita fartura,
para ousar me dizer que eu amo a toca.

Ponho em meus versos própria assinatura,
para não imitar o João Minhoca,
que, no escuro e agachado, se aventura
a fazer enredada massaroca.

Se afirma (oh que importante descoberta!)
que presido à República dos tolos,
o mínimo não dou dos meus cavacos.

Presidência melhor tem feira aberta,

e, porque distribui bólos e bolos,
de certo não é minha, é dos velhacos.

No decorrer da polêmica, como podemos ver, o assunto desviou-se do tema original, que era a mudança da Capital, e, muito ao gosto da época, passou a girar em torno de amenidades poéticas.

Uma outra polêmica, também ocasionada pelo processo da mudança, teve o mesmo destino. A Constituição do Estado, promulgada pelo Congresso Mineiro na véspera da saída de Augusto de Lima do governo, determinava a mudança da Capital sem, entretanto, dizer para onde. Providências concretas, no sentido de efetivar a transferência, só foram tomadas por Afonso Pena, primeiro presidente do Estado eleito por votação direta, que governou de 1892 a 1894. Durante o governo anterior, de Cesário Alvim, depois de muitas discussões, uma comissão, composta por senadores e deputados estaduais, fixou as localidades que deveriam ser estudadas como possíveis sedes da nova Capital. Eram elas: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Barbacena, Paraúna e Várzea do Marçal (na região de São João del Rei). No governo Afonso Pena, foi nomeado o engenheiro Aarão Reis para chefiar a equipe encarregada de estudar as cinco localidades. Juiz de Fora, Barbacena e Paraúna acabaram excluídas; entre Belo Horizonte e Várzea do Marçal, o parecer do engenheiro foi favorável a esta última. Diante da escolha feita, o Padre Correia de Almeida reagiu, produzindo o seguinte soneto, que publicou na imprensa barbacenense da época e incluiu, posteriormente, em sua obra *Decrepitude metromaníaca* (Rio de Janeiro: Laemmert, 1894):

Imparcialidade aarônica

O engenhoso engenheiro, nomeado
juiz da capitálica mudança,
lançou Juiz de Fora para um lado,
Barbacena excluiu da contradança!

No espaço de três anos limitado
cidade afiançou de tal chibança,
que à América do Sul não será dado
possuir igual! Oh que esperança!

Nesta fina pilhéria de bom gosto
a mancheias parece que ele há posto
a mais grossa ou maior dose de sal!

E por honra de nossa ingenuidade,
o centro descobriu da gravidade!
Sabem onde? Na Várzea do Marçal!

O "soneto aarônico" deu origem a outro, provavelmente publicado na imprensa de Barbacena, que o Padre reproduziu em seu livro, sem indicar-lhe a procedência. Como na polêmica travada em versos com Augusto de Lima, o autor da resposta ao Padre Mestre ocultou-se sob pseudônimo, desta vez Horacio Flacco:

Descoberta aarônica
Resposta ao Padre Correia de Almeida

Ilustre mestre, sou bisonho em verso,
mais bisonho inda sou, digo a verdade,
em os centros julgar de gravidade
da Várzea do Marçal ou do Universo.

No regime, porém, de liberdade,
do passado regime tão diverso,
pra discutir um ponto controverso
não é preciso grande autoridade.

Assim, pois, na questão, sem mais cavaco
meto já, com perdão, o meu bedelho
e tome quem quiser deste tabaco:

Não passe o sapateiro além do artelho,
nem o alfaiate passe do casaco
- é decerto, ao poeta um bom conselho.

Tal como sucedera na outra ocasião, os partidários da mudança da Capital e os contrários a ela discutem e brigam entre si por qualquer razão, alheios à questão que tinha dado origem à polêmica. Eis a réplica do Padre:

Réplica

Em vez de Horacio Flacco, assine claro
o nome de batismo de água e pia
o poeta que assim me desafia,
sabendo que me falta algum preparo.

Julga-me fraco? Eu, pois, o desamparo,
deixando-lhe a vitória e a primazia;
se volto para a vil sapataria,
é porque seu conselho não é caro.

E até, reconhecendo meus enganos,
concordo que no espaço de três anos
se realize o impossível mais taful!

Na Várzea do Marçal, primor de estampas,
uma cidade tal que leve as lampas
às maiores da América do Sul!!

A nova Capital, em sessão do Congresso Mineiro realizada em Barbacena (20/11/1893), para fugir às hostilidades dos ouropretanos insatisfeitos, recebeu a denominação de "Minas". Na mesma ocasião, ficou decidido que se transferiria não para a Várzea do Marçal, mas para o local onde hoje se encontra.

O tema da roubalheira na política, ainda associado à transferência da capital mineira, retorna em outro poema do Padre, composto por ocasião da descoberta de uma mina de ouro na ex-capital de Minas. O poema apareceu em *Puerilidades de um macróbio* (Rio de Janeiro, Laemmert, 1898), sob o título

Tiradentes protege Vila Rica

Do Ouro Preto essa nova mina de ouro,
descoberta no tal morro das lagens,
pode ser de muitíssimas vantagens,
não sendo esse ouro preto, porém louro.

Se se esgotou o público tesouro
em várias e ruins farandulagens,
folheta que reluza nas lavagens
nesta quadra é de muito bom agouro.

Tu, Ó leitor, verás, se o examinas,
que no Belo Horizonte não há minas,
ainda que de Minas tenha o nome.

E os novos pariás ouropretanos,
aos quais deixou-se ossada sem tutanos,
não devem recear morrer de fome.

Também a incoerência administrativa chamou a atenção do poeta. Enquanto era construída a nova cidade, para onde se transferiu a sede do governo em 12 de dezembro de 1897, os desmandos administrativos ocorridos em Ouro Preto não lhe escaparam. Em sua obra *Decrepitude metromaníaca*, podemos ler o seguinte soneto:

Incoerência legislativa

O Congresso de Minas faz decreto,
tirando a capital de Vila Rica,
e em Vila Rica emprega-se o arquiteto
e o Paço do senado se edifica!

De que vos admirais, povo concreto?
Cai-vos o queixo, e a boca fica aberta!
Não vedes que por trâmite direto
hoje o ser e o não ser se identifica?

Perfeitamente casa a transferência
com a mais arraigada permanência,
conforme se conclui da sábia lei!

E aqueles que no absurdo forem práticos
não façam paralelos esquipáticos,
enquanto reinam roques e não rei.

E há mais sonetos. Eduardo Frieiro registrou este outro, sem indicação de fonte:

Ao Congresso propõe-se, na mensagem,
que lá para o Curral del Rei se mude
a velha capital, que, bronca e rude,
em si reúne toda desvantagem!

Congressistas é certo que reagem,
se nisto o meu bestunto não se ilude:

apesar da beleza da altitude,
tem seu quê de ruindade essa paragem.

A proposta, portanto, há de ir abaixo,
depois que a discussão atice o facho
de voraz caloroso e ardente fogo.

Conforme está provado por estudos,
os curraleiros todos são papudos,
o que eles todos devem ao Diogo.

Diogo de Vasconcelos, notável historiador e redator de *O Jornal de Minas*, era contrário àquela mudança, por julgar insalubre o clima do local destinado a sediar a futura capital. Entenda-se que os curraleiros, primitivos habitantes de Belo Horizonte, deviam ao Diogo não o papo que tinham mas a fama de papudos. Os adversários da transferência alegavam a alta freqüência de bócio (daí os papudos do poema) na região da atual Belo Horizonte. Naquele tempo, entretanto, o problema do bócio endêmico não era exclusividade nossa, atingia todo o interior do país. Como hoje se sabe, o mal era causado pela deficiência de iodo nas dietas e foi eliminado pelo acréscimo daquele elemento químico ao sal de cozinha distribuído para o consumo das populações.

A forma clara do soneto, com seus quartetos e tercetos, espontaneamente eleita para polemizar a propósito da transferência da capital, parece ser o equivalente, na expressão literária, dos quarteirões quadrados e triangulares presentes na planta da cidade, da linha nítida e contínua (Avenida do Contorno) que circunda seu centro, e da inspiração neoclássica de suas praças e de suas primeiras edificações. Foi assim que nasceu, parnasiana, a cidade de Belo Horizonte.

Nota

As informações históricas sobre a mudança da Capital de Minas para Belo Horizonte foram retiradas da obra de Waldemar de Almeida BARBOSA (*História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. v.3 p.645-656) e Abílio BARRETO (*Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva. Belo Horizonte: Rex, 1936. 2v.)

Da relação entre linguagem e realidade: aporias sobre o indizível[1]

Hugo Mari

Resumo

Neste artigo, pretende-se discutir e refutar alguns aspectos da questão do indizível, associados a uma suposta incapacidade da linguagem de recortar certos fatos da realidade. Questiona-se, de início, sobre o reconhecimento de fatos, pertencentes a uma dada realidade, para os quais não existam predicações possíveis. Discute-se a questão a partir de considerações sobre as línguas como um sistema formal, com poder gerativo infinito; na seqüência, confronta-se o problema com dimensões pragmáticas da linguagem, destacando-se a sua função designativa; finalmente, a questão é contrastada com os recursos de expressabilidade que uma língua natural coloca à disposição dos seus usuários. O texto conclui pela impossibilidade de reconhecimento de qualquer fato associado ao indizível como uma verdade necessária, senão como uma contingência, temporalmente circunscrita.

Résumé

Dans cet article, on veut discuter et réfuter quelques aspects de Ia question de I'indicible, associés à une incapacité supposée du langage de découper certains falts de la réallté. On met en questlon, dês le début, Ia reconnalssance de falts appartenants à une réallté donnée, pour lequels n' exlstent pas de prédlcatlons posslbles. On discute Ia question à partir des consldératlons sur les langues comme un systême formei, avec du pouvolr génératlf Inflnl; dans Ia séquence, on confronte le probleme avec des dlmenslons pragmatlques du langage emphatlsant sa fonctlon dénotatlve; flnalement, Ia questlon est mlse en contraste avec les resources d'expresslon qu'une langue naturelle met à Ia dlsposltlon des ses utlllsateurs. On conclu par l'lmposslblllté de reconnalssance de n'lmporte quel falt assoclé à I'Indlclble comme une vérlté nécessalre et même comme une contlngence. temporellement clrconscrlte.

1. Histórico

Quando nos propomos discutir as implicações envolvidas na relação entre **Linguagem** e **Realidade**, corremos dois riscos: primeiro, pelo teor genérico da questão, o de apenas reproduzir velhos chavões, como, por exemplo, a decisão sobre qual das categorias é determinante na relação, os quais dominaram largamente essa reflexão; segundo, o de conduzir a reflexão para aporias, onde a relação determinante se torna circular, ou para reducionismos, onde destacamos uma das categorias e deixamos que a outra se transforme num recurso de ilustração. Ao longo desta discussão, estarei recuperando alguns aspectos que podem ser relevantes no encaminhamento e, na compreensão de problemas situados no âmbito desta segunda dimensão.

Gostaria, inicialmente, de colocar quatro formulações que ilustram, em graus diferentes, uma forma primária de compreender a relação entre *Linguagem e Realidade*, isto é, a proporção, nas nossas práticas comunicativas, em que repartimos o universo entre signos e objetos. Reporto-me, de modo sumário, a quatro abordagens onde a relação entre estes elementos se acha distribuída em graus diferentes. Refiro-me a uma "proposta" de Swift, em *Viagens de Gulliver*, ao conceito de linguagem primitiva, de Wittgenstein, a aspectos da *Teoria dos Atos de Fala*, de Austin e Searle, e à *Teoria do Signo*, de Saussure, todas aqui mencionadas apenas como ilustrativas das dificuldades da questão em análise.

Em relação à "proposta" de Swift, em *Viagens de Gulliver*[2], o autor situa o seu personagem frente a uma das "discussões" na Academia: os sábios refletiam as dificuldades, as incompreensões provocadas pelo uso das palavras, quase sempre vagas, dúbias ou enganadoras. Depois de arrolar as inconveniências e as impropriedades das palavras. eles concluem que o mais adequado, então, é a eliminação das palavras em favor da manutenção das coisas, já que, na comunicação entre os homens, a função designativa poderia ser executada sem intermediação de palavras, mas apenas por um recurso mostrativo das coisas. Dessa brincadeira de Swift, deduzimos que as dificuldades entre

Linguagem e Realidade (palavra e coisa, na expressão do autor) poderiam ser resolvidas com uma hipótese de supressão das palavras em benefício das coisas. Assim, a região onde projetamos as duas categorias em conflito seria recoberta apenas por coisas e teríamos uma forma muito primitiva de interação entre os homens, representada por uma linguagem de coisas.

Em *Investigações Filosóficas*[3], Wittgenstein discute o funcionamento daquilo que ele denomina de uma linguagem primitiva. Na relação entre pedreiro e servente, na construção de uma casa, o pedreiro profere palavras, como *lajota, tijolo, pedra*, e o servente executa uma série de ações para atender ao comando do pedreiro. Digamos que ele *desça uma escada, recolha o carrinho, vá até o monte de pedras, selecione as mais apropriadas para a tarefa, leve-as até a escada, transporte-as escada acima e as entregue ao pedreiro*. Vê-se que o servente desenvolveu um conjunto complexo de tarefas ao ouvir apenas uma palavra. O grau de. elaboração lingüística é muito pequeno (o proferimento de palavras isoladas), considerando-se o conjunto de atividades, o teor das operações nelas envolvidas. Desse modo, a região de conflito já aparece, numa interpretação derivada do autor, ocupada pela linguagem, mas numa proporção ainda muito pequena em relação ao conjunto de atos que implica. Já não temos só uma linguagem de coisas, como Swift pretendia, mas a nossa linguagem aqui ainda é uma *linguagem primitiva*.

Na *Teoria dos Atos de Fala*, a partir dos seus autores mais representativos, podemos avaliar um outro estágio da relação entre *Linguagem e Realidade*. Trata-se de demonstrar como os componentes básicos de um *ato*, ou seja, a *força ilocucional* e a *proposição* expressam condições necessárias e suficientes para sua conversão apropriada em ações (*ordens, promessas, ameaças, avisos, declarações, etc*.). Numa extensão diferenciada da abordagem anterior, embora a Teoria assinale também uma preocupação com ações que serão realizadas, existe um investimento amplo na avaliação das condições lingüísticas que fazem uma ordem diferente de um pedido, ou uma promessa diferente de uma ameaça. Não podemos, em função do esforço teórico para se tentar definir padrões de ações com base em estruturas lingüísticas, equiparar a concepção de linguagem desta Teoria à de uma linguagem primitiva. Logo, a Teoria dos Atos de Fala demarca a região de conflito entre as duas categorias em questão com um destaque maior para a linguagem, do que o faz a proposta desenvolvida por Wittgenstein.

Finalmente, Saussure, ao formular a sua Teoria do Signo, retoma, como cenário histórico, a discussão desta mesma relação. Embora não se detenha numa avaliação dos "defeitos" da palavra, nem na sua conversão em ações, ele acaba por apontar dificuldades no outro extremo da questão, a coisa. Para ele, a sua presença torna-se um complicador adicional, quando pensamos na construção de um objeto de estudo para a Lingüística. O autor, no fundo, caminha numa direção oposta àquela de Swift, na medida em que recusa a coisa (a realidade), na formulação da sua Teoria: as relações entre os elementos que constituem o signo e a correlação entre eles representam o necessário para a instituição de um objeto de estudo autônomo para a Lingüística. Ao preconizar esta autonomia, recorta-se a região de disputa entre palavra e coisa de modo absolutamente distinto das propostas até agora avaliadas: aqui, o que se torna primitivo é o peso que se pode atribuir à realidade na emergência de objetos de significação, os quais passam a exigir, portanto, um formato elaborado de linguagem.

Ao procedermos a um recorte diferenciado entre Linguagem e Realidade, esse conjunto de fatos aqui lembrados, mesmo considerando outros desdobramentos de aspectos específicos que poderiam ser mencionados a partir da Teoria da Referência, seja na sua versão clássica (Frege, Carnap), seja na sua versão causal (Putnam, Kripke). implica uma das controvérsias mais agudas do problema. Trata-se de determinar, para a relação entre as duas categorias, um nexo de causalidade. Não pretendo aqui discutir maiores detalhes desta controvérsia, interessa-me mais especificar os aspectos de uma outra controvérsia, derivada da anterior, mas que dela se distancia, na medida em que retoma esta relação em termos dos limites que a Realidade impõe à Linguagem, ou em termos das deficiências da Linguagem como instrumento adequado à expressão da Realidade. Esta controvérsia costuma dar origem a questões relativas ao indizível, lembradas na forma da existência de fatos inalcançáveis pela linguagem, de regiões onde a esta não é concedido o poder de operar. É sobre a análise de fatos conexos a estas formulações que estarei discorrendo nas seções seguintes.

2. O indizível e a dimensão formal do sistema

Uma série de indagações sobre a dizibilidade costuma ser levantada e, no geral, aponta em duas direções complementares: supostos limites que devam ser impostos a ela e a existência suposta de recortes da realidade que a linguagem não pode capturar. Questões como estas são formuladas sem uma especificação evidente do lugar onde pretendem intervir (na construção de teorias do sentido? nas interações lingüísticas vivenciadas pelos falantes? em características dos sistemas naturais? etc.). O contorno mais definido desta indagação costuma ser derivado da sétima proposição do Tractatus, de Wittgenstein. O autor, depois de propor, nas seis primeiras proposições, aquilo que representa uma certa explicação / construção lógica do universo, completa: "7. Sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar." Não se trata aqui de uma exploração dos meandros de interpretação que dela poderiam ser derivados, o que exigiria uma contextualização muito extensa; interessa, entretanto, uma interpretação imediata que dela é feita, a partir do entendimento da pressuposição de que HÁ COISAS SOBRE AS QUAIS NÃO SE PODE FALAR. Apropriada ou inapropriadamente, costuma-se sustentar esta pressuposição, mesmo a despeito do fato de que ela não assegura a existência de algum "aquilo" sobre o qual "não se pode falar". A impressão que fica de uma tal colocação, nas circunstâncias em que é apresentada, é o fato de que, ao se demonstrar a construção lógica do universo, ainda restaria, de fato, alguma coisa a ser dita? Se as seis proposições iniciais encerram tudo aquilo de racional que o homem pode manipular/ conhecer, restaria alguma coisa fora desse território?

Além do mais, todas as circunstâncias que costumam ser acionadas em favor do indizível, nunca nos esclarece tratar-se de limites do sistema formal da língua, ou de dificuldades de se dar conta da relação sentido / referente, ou ainda de restrições cognitivas impostas aos falantes e, provavelmente, de muitas outras. Seleciono, especialmente, estas três, porque elas têm sido responsáveis por grande parte dos exemplos e das situações às quais o indizível comum ente aparece associado e porque conseguem projetar três regiões, onde a questão pode ser avaliada, ou seja, linguagem-estrutura, linguagem-designação, linguagem-usuário. Vejamos, então, alguns parâmetros que lembram as três dimensões.

Esta primeira dimensão, linguagem-estrutura, foi amplamente discutida, a partir do primeiro livro de Chomsky. Com base nos tipos de Gramática ali inicialmente discutidos e depois ampliados em muitas outras circunstâncias, ficou evidente a situação, aparentemente paradoxal, em que um sistema formal finito era capaz de dar conta da infinitude das proposições de uma língua. Assim, um mecanismo finito (a gramática) contém instruções (regras de formação, de transformação etc.) capazes de enumerar um objeto infinito (a língua). Essa dificuldade tornou-se superável, em função dos mecanismos de recursividade que foram acoplados a estes sistemas formais.

Entretanto, esta solução tinha um alcance explanatório apenas em termos da relação entre mecanismo finito e objeto infinito, não justificando a compreensão de língua como um objeto infinito. Duas posições ficaram demarcadas com mais clareza: (a) uma língua é infinita, porque não existe a possibilidade de se impor qualquer limite ao *número de.sentenças* que sua gramática pode gerar; (b) uma língua é infinita, porque não há qualquer limite que possa ser imposto ao *tamanho das suas sentenças*.

Sobre o primeiro postulado, levantam-se algumas dificuldades. Empiricamente, assegura-se que (a) não pode ser demonstrável, porque, se o fosse, isso implicaria o fato de podermos escrever todas a sentenças possíveis de uma língua; teoricamente (a) é paradoxal, pois, se o vocabulário de uma língua é finito (temporariamente considerado) e se ainda existem restrições para combinação entre seus elementos, então existe uma enumeração determinada (finita), em razão destas duas restrições. Na prática, a questão se resolve pela própria natureza dos instrumentos que são usados para descrever um tal objeto: então uma língua não pode ser finita, ou ter todas as suas sentenças empiricamente enumeradas, porque a qualquer estágio ulterior n de enumeração de suas estruturas poderíamos acrescentar o estágio **n+1** e assim sucessivamente. Teoricamente, a dificuldade é explicada por duas razões: uma referente ao conceito de recursividade, que possibilita a existência

de **slots** de expansão em variados lugares de uma sentença e mais, que se abram **slots** de **slots** de **slots**[5], indefinidamente; a outra, recorrendo-se ao postulado (b) acima: se, para a capacidade de expansão, não se pode estabelecer um limite, então não há limite pré-determinado para o tamanho de uma sentença e cada sentença de tamanho diferente (resultante da expansão) é uma nova sentença. Concluindo, podemos reunir os dois postulados num único: se, para cada sentença padrão de uma língua, podem ser abertos **slots** para inserção de outros elementos, se, para cada elemento introduzido, computa-se uma nova sentença e se não há limites para o número de inserções que possa ser feito(cf. postulado do tamanho das sentenças), então, uma língua é infinita em relação ao número de sentenças; (mas ela é infinita, também por ser infinito o tamanho das sentenças que nela, por princípio, podemos formular).

Que relação este fato mantém com o **indizível**?

Será difícil supor o que, pela capacidade descrita das línguas, não possa ser dito: seja um dizer que vise apenas a detalhes de um objeto que a expansão de uma sentença poderá incorporar indefinidamente (em termos virtuais), seja pela originalidade de um objeto para o qual sempre haverá uma nova sentença capaz de expressá-lo. Então, se assumimos a validade infinita desse processo de produção das sentenças de uma língua natural, onde é que situaríamos a idéia de um **indizível** que não pudesse ser alcançado por ele? Não penso que, no momento, dispomos de algum argumento mais elaborado para fazer frente a esta questão. Vejamos a outra dimensão de análise.

A segunda dimensão, *linguagem-designação*, supõe dificuldades em operar a relação sentido e referente. Grande parte da discussão, no interior da Filosofia Analítica, mostrou entraves com essa relação, mas não vamos aqui recuperar esses fatos no seu formato histórico-evolutivo, mas lembrar apenas detalhes que importam nesta discussão. Um dos aspectos que compensa ser lembrado aqui é a própria definição que Frege[6] atribui a *sentido*, como *modo de apresentação dos objetos* (e de *percepção*, por inferência). Existem dificuldades com esta definição, mas ela, de algum modo, exibe os limites, ainda que flutuantes, entre *sentido* e *referente*.

Assim, quando se recorta, de um lado, *linguagem* e, do outro, *realidade*, costuma-se fazer o *sentido* como mediação que tanto pode representar a passagem *realidade para linguagem*, como *linguagem para realidade*. Neste espaço, o **indizível** situa-se como alguma região dentro da *realidade*, isto é, um mundo possível qualquer, onde o sentido não penetra, não é capaz de intervir, isto é, supõe-se a existência de aspectos da realidade que a linguagem não pode alcançar e para os quais não pode prover uma forma de representação ou de descrição qualquer. Se uma hipótese sobre o **indizível** pode assim ser expressa, com certeza não conhecemos qualquer situação em que ela possa ser aplicável. Ainda que recorrêssemos a certos estados mentais, psíquicos para opor-se a esta hipótese, o próprio fato de fazê-los **indizíveis**, numa compreensão banal, já é uma forma de dizê-lo.

Essa preocupação resvala num outro tipo de percepção: o **indizível** costuma ser confundido com a disponibilidade momentânea de uma língua não dispor de termos imediatos para *batizar* um tal fenômeno. Deste fato, provavelmente, nenhum sistema lingüístico escapa: a ativação reiterada. de princípios derivacionais, resultando em neologismos, pode ser uma comprovação. Todavia, uma hipótese assim esboçada está muito longe de representar a impossibilidade do sistema de dizer qualquer fato. Além do mais, empecilhos ocasionais não podem ser promovidos ao estatuto de fatos que venham a impor conclusões sobre a relação *linguagem / realidade* de forma tão definitiva. Se fatos como esse são relevantes, eles o são numa dimensão do contingente, mas nunca do necessário.

Nesta direção, podemos recorrer à existência de dois aspectos particulares afeitos a grande parte dos sistemas que conhecemos, os quais, de fato, se destacam: os numerais (ou nomes de números, como já foram chamados) e os *nomes de cor*es. Ambos os conjuntos aproximam-se pelas propriedades formais constitutivas e distanciam-se pelas funções que exercem no campo da designação.

No caso dos *numerais*, se a série dos números naturais é infinita (num dos mundos possíveis para objetos da Matemática), também é infinita a possibilidade de dizê-los (linguagem), pois certamente não haveria número qualquer, por maior que fosse, para o qual não pudéssemos dispor de uma forma de nomeá-lo. Para todo número formulado, haveria sempre um nome de número possível de ser construído, a partir de regras de formação com as quais o sistema está equipado.

Nenhum dicionário, nenhum falante dispõe da totalidade dos nomes em questão: não existe listagem saturada dos números, existem procedimentos para criá-los, na medida das nossas necessidades. Então, mesmo para um conjunto de objetos para os quais temos uma forte intuição da sua infinitude, constatamos que a questão do indizível não pode ser admitida.

O segundo caso, *nomes de cores*, apresenta uma situação um tanto diversa. Houve um momento, na História da Lingüística, em que se procurou, mediante a divisão do espectro solar, mostrar uma discrepância na percepção de cores e na forma de nomeá-las pelos diversos sistemas. Os relatos buscavam demonstrar que limitações no dizer as cores do arco-íris correspondiam a limitações na forma de sua percepção (e vice-versa). Interessa aqui um estágio mais recente desta discussão que invadiu o nosso dia-a-dia. Anuncia-se que há computadores capazes de processar cerca de quarenta milhões de cores (às vezes, a informação é mais sintética e assegura que esse número é infinito I). O que um fato desta natureza pode representar para o olho humano: um espectro solar com quarenta milhões de cores (ou com trinta, ou com vinte, ou com dez...)? Possivelmente, haveria muitos problemas para colocá-lo em prática, até mesmo pelas dificuldades operacionais que um contínuo com tal número de matizes possa representar, para alguém tentasse recortar unidades básicas. Por exemplo, ao revestir o piso de uma casa, o assentador pode selecionar, entre os tacos de peroba disponíveis, quatro conjuntos: um esbranquiçado, outro de um amarelo mais definido,outro de tacos rajados, e outro de tacos escurecidos. Esta separação que pretende aqui ser discreta, os cômodos são separados, não é alcançável na prática, porque entre um e outro conjunto haverá sempre elementos fronteiriços (elementos cujo critério para pertinência a um ou a outro conjunto é indecidível). Além do mais, no interior de cada conjunto, por mais uniforme que seja (já que não são peças obtidas através de material sintético), alguns milhões de cores estarão presentes e o assentador, por mais cuidadoso, tentando graduá-los, de um lado para o outro, numa escala claro escuro, ainda cometeria centenas de "erros", até mesmo por limitações de visão.

O que representa, portanto, esta dificuldade em lidar com cores de modo objetivo, quando transposta para a língua? Estaríamos avançando no território do **indizível**?

Em contraste com os numerais, sabemos que o subsistema que organiza e gera *nomes de cor*es é diversificado e não contém regras padronizadas explícitas para sua constituição. No geral, temos, em português, procedimentos que lembram os seguintes padrões de *nome de cor*: (a) posposição dos adjetivos do tipo *claro/escuro* aos *nomes de cor* - azul claro, vermelho escuro; (b) justaposição de dois *nomes de cor*, sendo o segundo acrescido do sufixo como "-ado" - **verde azulado, marrom avermelhado**; (c) acréscimo aos *nomes de cor* de outros termos gerais que (metafórica ou metonimicamente) lembram cores - **roxo-bispo, verde-limão**; (d) formas sintagmáticas ou derivacionais de intensificação dos *nomes de cor*, mediante elementos como "-íssimo", "muito" - **muito azul, pretíssimo**; (e) acréscimo ao termo "cor" de locuções atributivas (cujo núcleo representa objetos que exemplificam cores típicas) para formar *nomes de cor* - **cor de grama**, **cor de sangue**[7].

Embora variados, esses processos são restritos para dar conta daquilo que possa representar, por exemplo, o conjunto de tonalidades que poderiam, dentro dos quarenta milhões, ser atribuíveis a uma cor básica qualquer. Além do mais, o trabalho de graduar estes *nomes de cor* numa escala para o **azul** seria impraticável. Vamos, por,hipótese, supor que o português tivesse um sistema para gerar essa variação espectral, nos seguintes termos:

Regra 1: aumento da tonalidade:

($ESCURO_k$...($ESCURO_j$ ($ESCURO_l$ (**azul**))));

Regra 2: diminuição da tonalidade:

((((**azul**) $CLARO_l$) $CLARO_j$)'" $CLARO_k$);

Para cada variação de $ESCURO_{l,j,k}$ e para cada variação de $CLARO_{j,j,k}$ a língua disporia de um termo específico para falar da combinação, por exemplo, de **azul** com a combinação gradiente de $CLARO_{200}$ (ou $ESCURO_{300}$). Além do mais, qualquer combinação de $ESCURO_{k+1}$ (ou de $CLARO_{k+1}$) representaria passar a uma outra cor básica ou a uma tonalidade diversa de uma cor primária. Um procedimento como este poderia dar conta, formalmente, daquilo que o computador calcula em termos cromáticos, mas tem muito pouca utilidade para os falantes de uma língua. Afinal, por que as cores teriam essa especificação e não teríamos uma semelhante para *cadeira, mesa, sapato*, etc.? Também estes objetos devem ser percebidos pela nossa atividade cognitiva como um contínuo, dentro da classe a que pertencem. Mas qual seria aqui o parâmetro de controle da gradação: *tamanho, cor, formato de alguma parte, material*, etc.? Embora a percepção possa ser feita a partir de uma multidão destes parâmetros, a sociedade acaba por selecionar alguns e torná-los os mais operacionais, em relação a certos tipos de objetos particulares. Por exemplo, *sapato* destaca o *tamanho*, enquanto mesa pode selecionar tamanho ou formato do tampo, ou material, ou cor. Por sua vez, não ter um nome específico para representar *sapato* com *tamanho* acrescenta muito pouco em termos de argumento em favor do **indizível**, considerando-se o funcionamento global de um sistema natural, que aciona outros mecanismos para suprir esse tipo de "falha". Assim, se as escalas cromáticas que um computador produz nos dão uma dimensão do indizível em função da impossibilidade de gerar *nomes de cor*, deveríamos supor também que, para quaisquer conjuntos de objetos, estaríamos diante do inominável, já que a língua dispõe de termos para falar de classe de objetos e não de objetos individuais. Entretanto, nada impede que venhamos a nos referir a uma tonalidade ($ESCURO_{n+1}$ (marrom)) de uma cadeira particular por meio da expressão "O marrom desta cadeira aí perto de você." Aqui se trata de um objeto particular com sua cor de **marrom** específica (uma daquelas que pode ser indicada na gradação (ESCUROCLARO (**marrom**)), mas é certo que a localização dessa matriz só é possível por um recurso à visualização do objeto. Até aqui nada a estranhar, porque sabemos hoje que muitos aspectos da significação contam diretamente com a participação de órgãos como a visão.

Portanto, se esta dificuldade com *nomes de cores* específicas pode nos levar ao **indizível**, isso se dá por circunstâncias absolutamente triviais, porque compõe a própria natureza da linguagem o fato de que não há termos disponíveis para a individualidade dos fenômenos que encontraríamos na realidade; as idiossincrasias devem ser asseguradas por recursos diversos de que qualquer sistema natural dispõe. Todavia, se ao argumentar contra o **indizível** avançamos na direção do *inexprimível*, em razão de uma causalidade estreita entre eles, seria importante lembrar a formulação de Searle sobre o *Princípio da Expressabilidade*, conforme desenvolveremos na seção seguinte.

A dimensão linguagem-usuário costuma apontar o **indizível** através da incapacidade de os falantes dizerem certas coisas. Ela está, de algum modo, associada a aspectos que já foram discutidos anteriormente. Além do mais, "ser incapaz" pode representar turbulências no processamento de sentenças, em função de falhas de memória, custo operacional muito longo (tipos de auto-encaixes, por exemplo) e, até mesmo, a "falta da fala" para processar certas fatos de ordem não material (alguém já lembrou que o **indizível** é o místico, ou algum tipo de "estado" equivalente).

Os argumentos que até agora foram usados para descartar outras hipóteses sobre o **indizível** se aplicam aqui também. O desejo de dizer do falante é sempre menor do que a disponibilidade do sistema[8]: se aquele pudesse alcançar este em extensão, o sistema seria esgotado. Então, em condições normais, todo falante está apto a capturar qualquer fenômeno da realidade (ou até mesmo de criá-los). De toda forma, é possível que certos "estados de espírito" não encontrem, em nossa língua (ou na forma que a conhecemos), um modo específico de denominação para falantes específicos. Mas o que impede a sua intertraduzibilidade? Não podemos traduzir um destes estados quaisquer por uma seqüência de frases que estão disponíveis? Aqui, portanto, a argumentação apenas reiteraria aqueles aspectos que já foram lembrados acima, mostrando a importância de preservar. alguns argumentos que foram levantados contra a hipótese do **indizível**. Por último, seria importante frisar que certas defesas que são produzidas em favor do **indizível** o reduzem a uma mera impossibilidade contingente de dizer algo. Isso não é incorreto: a nossa experiência vivida na

linguagem certamente o testemunha em muitas ocasiões. Mas não seria adequado que de um fato contingente como este viéssemos inferir o **indizível**, como restrição universal à linguagem. No fundo, estou sustentando a impossibilidade da existência fenômenos **indizíveis**, mas não da incapacidade temporal de dizê-los. Aquilo que não se consegue dizer hoje por contingência, pode vir a sê-lo amanhã.

Existe, portanto, um desafio muito grande: a dificuldade inerente de se fixar um padrão de limite para o **dizível** e assegurar que, dali para frente, existe um território onde os objetos não podem ser acessados através do sentido, onde a linguagem não pode criá-los. Não sabemos se isso pode ser viável algum dia (não cabe aqui esse exercício de futurologia); sabemos, todavia, pelos argumentos que foram confrontados, que recorrer ao **indizível** para justificar hipóteses dessa natureza ainda ressoa como uma estratégia sem fundamentação, em termos dos fatos e argumentos disponíveis.

3. O Indizível e a dimensão pragmática da linguagem

Da segunda controvérsia que acima apontamos, além das questões que já foram comentadas em três dimensões distintas, costumam-se derivar parâmetros que contrastam, em outras perspectivas, o **dizível** e o **indizível**. As dificuldades no trato da relação em análise costumam ser expressas, como vimos em parte dos argumentos levantados anteriormente, assegurando-se a existência de uma região onde a linguagem não pode penetrar. Haveria, de fato, condições de se impor à linguagem este limite? Que territórios são estes que barram a entrada da linguagem? Na seqüência, vamos avaliar alguns aspectos deste problema, mas, de antemão, já podemos assegurar que ele decorre até mesmo de uma compreensão equivocada do alcance e das possibilidades de funcionamento da linguagem.[9]

O primeiro aspecto da questão, portanto, traduz-se num princípio inerente à natureza da linguagem, isto é, o falseamento da realidade. O signo **mesa** serve para designar uma série incontável de objetos, ou seja, o conjunto da totalidade dos membros de uma classe. Com **mesa** posso me referir a objetos, com certas propriedades, que existem aqui ou em qualquer outro lugar do universo; e mais, aqueles que já existiram e muitos que passarão a existir a partir de agora. Sabemos, todavia, que o objeto MESA é singular, é único em cada circunstância que detectamos a sua existência. Então, o signo **mesa** diz muito pouco do objeto MESA, já que nada nos informa do material de sua fabricação, da cor do seu tampo, do seu estilo, do seu comprimento, da sua largura e de tantas outras propriedades que compõem necessariamente um objeto dessa classe. No entanto, este defeito aparente do signo esconde a sua maior virtude: a capacidade de designar objetos em qualquer *mundo possível* que viermos a conceber. Neste sentido, os signos, e o sistema que os organiza, acabam por falsear a realidade, já que funcionam como simulacro de uma grande extensão de objetos diferenciados. Mas é assim que a linguagem humana funciona, com esse "defeito" original de fabricação.

Por outro lado, se o signo **cadeira**, por exemplo, não nos diz tudo de um objeto CADEIRA (na verdade, diz apenas o que pode ser reconhecido para qualquer membro desta classe), isso, entretanto, não nos impede de usar a linguagem para falar de uma CADEIRA singular: qualquer língua dispõe de recursos que nos permitem referências individuais. Quando digo **esta cadeira**, refiro-me a um objeto detectável em um único *mundo possível*, inconfundível, isolável na relação com todos os outros que compõem a classe. E faço isto sem recorrer a qualquer propriedade descritiva do objeto, mas apenas apontando-o. Ao contrário, se preciso de especificações conceituais, e não dêiticas como no caso anterior, posso arrolar um conjunto de adjetivos, de expressões capazes de indicar propriedades de um determinado objeto.

Se a linguagem, então, materializada na forma de uma língua particular, nos possibilita transitar da totalidade à singularidade, não podemos supor o indizível conectado com princípios que regem escalas de gradiência que vão do global ao local em qualquer sistema natural de signos. Um *signo genérico* ("general term") tem a função única de descrever *classes de objetos e não objetos singulares*; para designar membro(s) no interior de uma classe, qualquer língua fornece aos seus

usuários recursos suplementares. Logo não há como reconhecer, em qualquer intervalo desta escala, uma possibilidade de se demarcar o **indizível**: entre **mesa** e **esta mesa**, os dois extremos desta gradiência, a língua nos fornece outros recursos (adjetivos, quantificadores, expressões definidas, nomes próprios) para cobrir estágios intermediários. Se qualquer dimensão cognoscível precisa ser racionalizada através de uma escala conceitual qualquer e se os sistemas naturais estão virtualmente aptos a saturar todos os pontos nesta escala, não podemos, então, buscar aqui qualquer argumento em favor da existência do **indizível** (já que se ele não pode ser dito, deve, ao menos, poder existir).

Um segundo aspecto, que costuma ser associado a fatos que lembram a ordem do **indizível**, diz respeito à impossibilidade circunstancial de se nomear certos objetos numa língua. A criação neológica tem, supostamente, a incumbência de corrigir essa lacuna: quando dispomos de um objeto, de um conceito, para cuja nomeação signos não estejam disponíveis, acionamos regras lingüísticas para produzir esses signos, conforme já foi mencionado. O procedimento para recuperação da capacidade designativa de uma língua - a criação neológica - figura-se como um procedimento banal, auto matizado na experiência de linguagem de qualquer falante. Penso, entretanto, que as línguas naturais oferecem outros recursos mais poderosos (mas primários) para cobrir acidentais falhas lexicais. Nenhum objeto, nenhum conceito resiste à designação, através de partículas como **isso**, **aquilo**. Para qualquer fenômeno, objeto, em qualquer circunstância espaço-temporal, sempre estará ao alcance dos falantes de uma língua partículas com esta função. Mas há conseqüências diferenciadas em termos do grau de informação assegurada, se contrastada esta possibilidade designativa (dêitica ou demonstrativa) com aquela vista anteriormente.

É claro que o uso de termos genéricos como **cadeira** já nos faz perder informação sobre os objetos que pretendemos alcançar; por outro lado, quando acionamos **isso** para designar um objeto qualquer, perdemos ainda muito mais informação. Os termos genéricos descrevem classes de objetos, isto é, especificam somente o projeto que aos membros dessa classe associamos: a **cadeira**, como classe, vinculamos o projeto de "*acomodar pessoas em determinada posição*". Com **isso** temos fatos distintos: ele não designa classe, a ele, portanto, não incorporamos nenhum projeto; mas ele especifica membro de classe, qualquer membro, de qualquer classe. Assim, embora **cadeira** e **isso** tenham um alcance.referencial distinto, já que o primeiro tem o alcance da classe determinada e o segundo de um membro de classe, não existe uma contrapartida proporcional em termos do grau de informação que incorporam, considerando-se o teor já especificado desta distinção. Ainda que designando membro de classe, **isso** não nos diz algo desse objeto, a não ser o fato de situá-lo espacialmente no âmbito dos enunciadores. Todavia, tão logo **isso** seja usado para capturar objetos remotos para o meu dizer, torno-os aptos a um funcionamento racional, isto é, torno-os predicáveis, na mesma extensão que outros objetos conhecidos: **isso é aborrecido, isso é importante, isso cansa**...

Não vejo, pois, o que se pode situar na esfera da realidade, de um mundo possível qualquer, que configure a ordem do **indizível**. A predicação **ser indizível**, para ser logicamente válida (falsa ou verdadeira), necessita pressupor a existência de um fenômeno qualquer, já que só podemos predicar sobre algo cuja existência seja, ao menos, pressuposta. Se uma tal situação se torna possível, então estamos demarcando a possibilidade de existência de algum tipo de fenômeno com o qual isso estará proibido de operar. Enfim, o que resiste, em qualquer realidade imaginável, ao poder demonstrativo de isso. Não vejo, pois, como tornar válidas hipóteses deste teor: estamos longe, no meu entendimento, de justificar racionalmente a presença do indizível em meio a fatos dessa natureza. Qualquer pretensão a validá-lo, nesse espaço, resultaria inconseqüente.

Um terceiro aspecto a ser lembrado aqui coloca em confronto, de modo mais sistemático, a idéia de realidade e a de mundo possível. Como a idéia do indizível poderia ser configurada nestas duas instâncias?

Se o **indizível** se "traduz" por algum fato da realidade (neste momento, estou considerando factível uma oposição entre realidade (o vivenciado) e mundo possível (o postulado)), então, em alguma circunstância, ele deve ser compreensível, ou inteligível, ou, ao menos, *intuível*. Como atividade cognitiva básica qualquer, o indizível, para chegar a ter este estatuto, precisa ser filtrado e concebível em alguma destas instâncias. Só posso admitir que algo assuma o estatuto de **indizível**,

se antes já se tornou *cognoscível*; de outro modo, nem ao menos podemos dizê-lo **indizível**. [10] E fazê-lo deste modo já é dizê-lo.

Se os fatos se passam desta forma, penso que estaremos retomando os dois outros aspectos já discutidos: se algo é dado ao conhecimento apenas pela percepção, pela intuição, numa instância que lembraria a primeiridade de Peirce, então, a designação **isso**, **aquilo** talvez fosse a mais apropriada. Assim, se, ao nível da primeiridade, o "conhecimento" se dá ainda de forma pouco elaborada, nada mais adequado supor que tais partículas representem com adequação esta forma de dizer. Quando desenvolvemos formas mais elaboradas do conhecimento, então precisamos categorizar os fenômenos; e categorizá-los significa, ao menos, definir um domínio de pertinência para eles, isto é, uma classe onde possam ser incluídos, um projeto que possam desempenhar. Aqui já pensaríamos num alcance para a segundidade de Peirce, uma vez que a possibilidade de inclusão numa classe implica a exclusão de outras; logo há confronto (struggle) entre as classes, logo há confronto entre os projetos. Agora já podemos fazer uso de termos genéricos, porque, pelo fato de estarem associados a um projeto, também implicam formas de conhecimento mais elaboradas. Em resumo, podemos concluir que, se os fenômenos inclusos na ordem do indizível se aproximam da dimensão do vivenciado, então eles deixam de ter esta 'propriedade', na medida em que, até mesmo para modalidades mais primitivas do conhecimento, as línguas estão aptas a nos fornecerem estratégias adequadas para a sua designação.

Por outro lado, se o indizível não se reporta à realidade vivida, mas antes à criação de mundos possíveis, logo as restrições a lhe serem imputadas podem ser ainda mais decisivas, porque um mundo possível é, antes de tudo, uma possibilidade de dizer, isto é, uma possibilidade de racionalizar outras relações possíveis para os objetos, admitindo que sua presença venha a ser estruturada em outras dimensões. As duas posturas são antagônicas: enquanto a dimensão dos mundos possíveis implica uma condição ilimitada para a linguagem, já que é viável, através da fixação de índices, que os signos transitem de um mundo para o outro, na dimensão do indizível pretende-se um limite para a linguagem, já que se concebem regiões onde ela não pode avançar. Do ponto de vista lógico, o indizível, para ser validado, precisa impor limites para a construção de mundos possíveis, ou seja, é necessário que ao menos um mundo possível não possa ser logicamente construído (ou que contenha objetos que não possam ser nomeados). Aqui, todavia, emerge uma contradição: este mundo, que não é logicamente válido, deve existir e, como tal, conter fenômenos, objetos que não podem ser nomeados, porque aí a linguagem deve ser impedida de operar. Assim, o indizível para tornar-se viável, nas circunstâncias em questão, precisa rejeitar as condições que tornam possíveis a construção lógica de um mundo: a linguagem. Em outras palavras, para que indizível seja válido, precisamos destruir as condições de dizibilidade que o tornariam dizível. Não estaríamos aqui diante de uma aporia[11] que anularia toda argumentação a seu favor?

Podemos concluir, portanto, que, se do ponto de vista da realidade vivida torna-se improvável aceitar hipóteses sobre o **indizível**, já que as duas formas de designação mencionadas anulam pretensões neste sentido, do ponto de vista dos mundos possíveis essa pretensão transforma-se numa impossibilidade, já que estes precisam ser fundamentados a partir de um modelo de racionalidade qualquer e, até o momento, não sabemos de uma construção racional, qualquer que seja, que exclua a linguagem. Logo se o indizível está em algum lugar, este deve ser um lugar logicamente impossível, pois ali, ao menos para casos locais, a linguagem não pode operar.

4. O Indizível e o princípio da expressabilidade

Na seção anterior fizemos um confronto de uma hipótese do indizível diante de certos aspectos do funcionamento da linguagem, de modo mais específico na sua função designativa. Aqui, vamos comentar um aspecto complementar desta reflexão, procurando confrontar o indizível com o princípio da expressabilidade, na forma como foi proposta por Searle[12].

"Podemos formular este princípio dizendo que para toda a significação **X**, e para todo o locutor **L**, cada vez que **L** quer dizer (tem a intenção de transmitir, deseja comunicar numa

enunciação, etc.) **X**, é possível haver uma expressão **E**, tal que **E** seja uma expressão exacta, ou uma formulação de **X**. Simbolicamente: **(L) (X) (L quer dizer P (E) (E é uma expressão exacta de X)**[13].

Segundo o princípio acima, numa versão menos formal, "tudo o que se quer dizer pode ser dito", o que para o autor não implica gerar um compromisso recíproco de que tudo o que é dito possa ser *compreensível*, isto é, *o princípio da expressabilidade* não implica um princípio de compreensibilidade correspondente, ainda que isso, num processo interlocutivo, seja desejável. [14]

Então, para Searle, a intenção de dizer **X** pode ser alcançada pela existência de uma expressão **E**, que seja suficiente para expressar **X**. Uma restrição a ser imposta a este Princípio é a necessidade de que, qualquer que seja a expressão **E**, ela precisa ser naturalizada pela língua em questão. Daqui destaco dois fatores: a *intenção de dizer* e a possibilidade de fazê-lo adequadamente. Assim, a idéia de intenção de dizer não pode ser reduzida a *uma forma de dizê-lo* em alguma instância particular. Muitos conteúdos aqui foram expressos e reexpressos por diversas vezes, mas nem por isso a última forma de dizê-lo é a mais apropriada.

Desta maneira, como princípio, ele não tem o caráter regulativo para limites da nossa fala, pois, de um modo geral, dizemos mais do que falamos e ainda queremos dizer muito mais do que realmente dizemos. Nenhum desses descompassos entre instâncias enunciativas (**falar < dizer e dizer < querer dizer**) representa dificuldades que venham anular o princípio da *expressabilidade*, já que ele estipula uma possibilidade de sempre se alcançar uma expressão que seja a expressão exata do meu querer dizer. O meu desejo de dizer algo não se esgota na forma que escolho para fazê-lo: sempre haverá sobras e mais sobras deste desejo, mas também sempre haverá formas de dizer um pouco mais este desejo e ainda mais. É neste recorte que podemos entender a idéia da expressão exata acima: trata-se de uma exatidão (validada ou não) na circunstância do processo enunciativo. Se salto de uma enunciação para outra, também a natureza da minha expressão exata deve estar sujeita a alterações.

Searle não formulou esse princípio, voltado para as preocupações que estamos discutindo aqui, mas é claro que a perspectiva colocada pelo princípio toca diretamente à questão do **indizível** no seu contraste com mundos possíveis. Seria o caso, então, de se supor que as sobras virtuais, num processo enunciativo, viessem a definir uma região para o indizível. Suponho ser inadequada uma argumentação desta natureza pelo fato de sugerir a existência de um patamar onde as sobras seriam definitivas e onde o Princípio da Expressabilidade estaria impossibilitado de operar. A este fato podemos acrescentar também a possibilidade de que sobras remanescentes sejam decorrentes, até mesmo, de estratégias enunciativas assumidas pelos interlocutores.

Se, de outro lado, ao *Princípio* pudermos aplicar um alcance universal, já que uma restrição a isso exigiria de nós descobrir situações para as quais não pudéssemos obter uma expressão adequada (adequada como circunstancialmente possível para um intervalo de tempo determinado), então ele se torna incompatível com o **indizível**. Enquanto este projeta fenômenos para os quais não dispomos de expressões lingüísticas capazes de expressá-los, aquele estipula que, entre o nosso desejo de dizer e a língua, não existe nenhum vazio definitivo, mas apenas circunstancial. A existência de um vazio nesta relação é que, de fato, poderia configurar o **indizível**. Isso, certamente, não invalida o fato de que possamos ter dificuldades para expressar certos fenômenos, certos estados mentais, em momentos determinados, etc. Há dificuldades que estão associadas a lapsos de memória, a descontroles lingüísticos das formas mais variadas. Tudo isto, porém, como o próprio autor reconhece, é "um fato contingente e não uma verdade necessária", que possa ser associado à linguagem. Se existe algum vazio, ele não está no intervalo entre a língua e o desejo de dizer, mas é anterior a este desejo, já que neste intervalo estamos sempre aptos a buscar expressões que sejam uma expressão verdadeira do nosso desejo. Resta, então, determinar o que pode ser anterior ao desejo que muitos se apressam a chamar de indizível.

5. Conclusão

Procurei neste texto desenvolver alguns argumentos que, no meu entendimento, servem de contra ponto à questão do **indizível**. É claro que parte dos argumentos levantados tem um certo teor reflexivo, orientado para questões gerais sobre o funcionamento das línguas, devido à razão inicial que motiva esta discussão, isto é, a relação entre **Linguagem e Realidade**. Há outras dimensões e especificações, a partir das quais a questão poderia também ser abordada. O que aponta, entretanto, esta orientação especulativo-argumentativa é também a forma pela qual a própria questão costuma ser colocada. Assim, especula-se muito em torno do **indizível**, mas os argumentos que procuram fundamentar essa afeição são, no geral, escassos e muito pouco desenvolvidos. Gostaria de lembrar um desses argumentos, comum ente levantado e que foi esporadicamente lembrado ao longo do texto.

É comum afirmar-se que o **indizível** estaria associado a certos estados mentais, de êxtase, de profunda concentração, de arrebatamento etc. Tal tipo de referência, de suposição poderia escapar aos argumentos que foram até agora levantados?

Vamos supor dois desses estados mentais comuns no nosso dia-a-dia: um estado orientado para a **alegria**, o outro para a **tristeza**. É claro que intensidade, freqüência, duração, causas, conseqüências que podem ser associadas a cada um desses estados são, de regra, variáveis. Nem o uso de **alegria**, nem o de tristeza asseguram aspectos da matriz que configura valores distintos no seu uso (da mesma forma que usar o signo **mesa** não garante nada sobre as propriedades de um dado objeto que este signo recobre). À maneira dos termos genéricos, então, aqui também poderíamos aplicar formas de restrição (**alegria intensa, tristeza diária, alegria persistente**) para demonstrar estados cada vez mais específicos. Enfim, todas as possibilidades que a língua nos oferece para passar da designação de classe de objetos para objetos singulares podem ser implementadas também com termos qualificativos como estes aqui mencionados, a saber, podemos passar de estados genéricos para estados singulares. Todavia, as pessoas afetas a quaisquer destes estados poderão ainda registrar, de forma muito econômica, a singularidade de um deles: **alegria que sinto aqui agora, ou tristeza que enfrentei durante sua viagem.**

O **indizível**, então, costuma ser postulado para demarcar estados mentais, onde nem a expectativa de dor, nem a de júbilo fossem evidentes (e nenhuma outra decodificação imediata – cansaço, pressa, raiva...). Entretanto, à maneira do que já vimos anteriormente, nada impede que se diga ***isso* que sinto aqui agora, ou aquilo que enfrentei durante sua viagem**. É claro que isso e aquilo, mais uma vez, não informam sobre propriedades dos estados em questão, mas já representam uma forma de dizê-lo e de ajustar os objetos que representam para futuras predicações, ou seja, nada impede que se continue especificando o estado geral caracterizado (**isso que sinto aqui agora me dá um sensação de paz...**).

Em resumo, argumentos desta natureza enfrentam as mesmas dificuldades que já foram anteriormente mencionadas: eles são formulados desconhecendo certos aspectos de funcionamento de uma língua, desconhecendo a diversificação potencial que está associada aos seus processos de designação. A língua não funciona de modo uniforme diante dos fatos da realidade que através dela precisamos dar conta. É sensato, então, reconhecer que a linguagem recorta a realidade de forma diferenciada; às vezes diz mais, às vezes diz menos; ora diz pouco, ora diz muito. E sensato supor, contudo, que ela possa deixar de dizê-Ia, que ela seja impedida de dizê-Ia, por necessidade?

Notas

1. Texto formulado para discussão no **Colóquio Interdisciplinar – A Psicanálise perante 4 saberes: Física Quântica, Filosofia, Imunobiologia e Lingüística,** organizado por Alexandre Simões Ribeiro e Manfrid Weissmann, realizado nos dias 10 e 11 de maio de 1995, em Belo Horizonte.)

2. SWIFT, J. *Viagens de Gulliver*. São Paulo: Abril Cultural, 1971. p. 171-2.

3. WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 10.

4. AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987 e SEARLE, J.R. *Actos de Fala*. Coimbra: Almedina, 1981.

5. Podemos justificar este esquema do seguinte modo: D_1 : O menino [slot] pegou o passarinho [**slot**] D_2: O menino que estava na fazenda [**slot**] pegou o passarinho que fugiu da gaiola [**slot**] D_3: O menino que estava na fazenda do seu avô [**slot**] pegou o passarinho que fugiu da gaiola de bambu [**slot**]. D_{n+1} D_{n+2} ...

6. GOTTLOB, Frege. Sobre o sentido e a referência. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1977.

7. Não estou destacando aqui comparações / atribuições como "Ele é vermelho como pimentão" "Morena cor de jambo", "Morena cor de canela", porque, ou se trata de uma função intensificadora (vermelho como pimentão = muito vermelho), conforme (d), mas que pode vir a ser (c) (vermelho-pimentão); ou se trata de acréscimos metafóricos ou metonímicos (moreno-jambo, moreno-canela), conforme (c). Quanto a "cor-de-rosa", segue o padrão de (e), embora tendo já um valor de sintagma cristalizado na língua.

8. Quando Chomsky formulou a idéia de um falante / ouvinte ideal ele o fez coincidir com o sistema. O falante ideal não pode ser menor do que o sistema (pois deixaria de ser **ideal**) e não pode ser maior (pois deixaria de ser **falante**), já que só concebemos falante no interior do sistema.

9. Parte dos argumentos sobre a idéia dos numerais e das cores, aqui relatada, já foi apresentada no texto *Aspectos da Produção do Sentido*, de 1993.

10. É claro que dizer que algo é **indizível**, de certa forma, é contraditório, porque denominar algo de *indizível* já é, certamente, uma forma de dizê-lo. Podemos evitar este paradoxo, afirmando disponíveis de linguagem distintos: **dizer** (metalinguagem) o **indizível** (linguagem objeto).

11. Poderíamos resumir essa aporia da seguinte forma: *algo para ser indizível impõe que as suas condições de dizibilidade sejam antes destruídas. Se elas são destruídas, não há, portanto, condições para dizê-lo.*

12. Uma análise mais detalhada deste Princípio pode ser encontrada em SEARLE, J. *Actos de Fala*. Coimbra: Almedina, 1981. p.30 e ss.

13. SEARLE, J. op. cit. p.30-1.

14. Ao eliminar este compromisso biunívoco entre o princípio da expressabilidade e um "*princípio da compreensibilidade*", o autor "libera" a capacidade interpretativa dos falantes, já que nenhuma compreensão precisa ser a priori assegurada pela expressão.